



CLIPPING



19 e 20 de
Março
2022

EMPOUCASLINHAS

➤ O presidente da OAB-PA, Eduardo Imbiriba, assinou contrato para a obra de reforma da sede da subseção de Marabá, uma das maiores do interior do Pará.

➤ **Imbiriba também confirmou a realização do 1º Colégio de Presidentes de Subseções do triênio 2022-2024 para o município do sudeste paraense, em meados de junho deste ano.**

RD REPÓRTER
DIÁRIO

DESPEJOS

Movimentos populares do campo e da cidade realizaram na quinta-feira (17) um ato nacional contra despejos durante a pandemia, reivindicando a prorrogação pelo STF da ADPF 828. No Pará, a mobilização se concentrou diante do TJPA e teve a participação da Confederação Nacional das Associações de Moradores, MST e representantes de associações comunitárias. Uma comissão foi recebida pelo ouvidor agrário do tribunal, que se comprometeu a intermediar audiência pública com o juiz responsável pela Vara de Execução de Reintegração de Posse.

LINHA DIRETA

O Ministério Público do Estado recomendou à empresa BBF que não restrinja a locomoção nos entornos da fábrica, nas cidades do Acará e Tomé-Açu, e municípios limítrofes. Segundo o MP, a BBF vem limitando o direito de passagem de comunitários, indígenas e quilombolas, impedindo a locomoção ao território com o exercício de violência moral.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

PF prende acusados de fraude na OAB

Três homens tentaram emitir carteira provisória da Ordem no Pará de forma fraudulenta e foram descobertos. Um deles é de Minas Gerais e outro de Rondônia. O terceiro suspeito é um paraense.

GOLPE

Diego Monteiro

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Seção Pará informou que na manhã da última sexta-feira, 18, três homens foram presos em flagrante pela Polícia Federal após diversas tentativas de emissão da carteira provisória da autarquia utilizando documentos falsos. O crime foi descoberto após cruzamento de dados pelo sistema da entidade.

Dois dos suspeitos identificados como: Jeferson Matias Ubiali, morador do estado de Rondônia; e Alexandre Mariano Reis da Silva, que reside em Minas Gerais. O

terceiro acusado é do estado do Pará, mas não teve a identidade divulgada.

Jeferson ainda conseguiu receber a carteira provisória de advogado há sete dias. Como o suspeito obteve êxito no crime, ele voltou após uma semana acompanhado pelo Alexandre, que também tentaria o mesmo feito. O paraense servia apenas como acompanhante da dupla.

As informações foram repassadas durante uma coletiva de imprensa na sede da OAB/PA pelo diretor tesoureiro da entidade, André Serrão. "O primeiro cidadão [Jeferson] tem passagem pela Polícia por crimes de tráfico de drogas, lavagem de dinheiro, inclusive pelo crime que levou à prisão ontem: falsificação de documento", afirmou.

MODUS OPERANDI

Para obter a carteira provisória, Jeferson falsificou o certificado de aprovação do exame da OAB e certidão de antecedentes criminais. Diante da ação - bem-sucedida -, a Ordem dos Advogados do Pará realizou a notícia crime no último dia 11, quando o fato criminoso chega ao conhecimento da autoridade policial.

A partir desse momento, ele tentou por diversas vezes a certificação digital. "Jeferson ligou reclamando de problemas no sistema. Para nossa surpresa, ele retornou aqui e ainda trouxe mais uma pessoa [Alexandre] para fazer o requerimento também com documentos falsos", narrou Braz Mello, presiden-

te da Comissão de Prerrogativas da autarquia.

Em relação ao paraense, acredita-se que ele serve apenas como condutor desses suspeitos. "Muito provavelmente, ele é o elo de ligação aqui no estado dessas pessoas que vem de fora para tentar fraudar e com isso tirar proveito com a carteira da OAB", completou Braz.

Indícios apontam que a intenção dos acusados era a implementação do esquema aqui no Pará. Tanto André Serrão como Braz Mello acreditam que o sistema foi a principal ferramenta para combater este tipo de crime. "Nosso sistema possui blindagem. Por conta disso, conseguimos identificar e ajudar na prisão dos três", enfatizaram os representantes da OAB.



A diretoria da OAB/PA informou que o sistema ajudou a identificar os fraudadores, ajudando na prisão do trio. FOTO: DIVULGAÇÃO

PARA ENTENDER

SITUAÇÃO DOS SUSPEITOS

● Imagens de segurança mostram momentos antes da prisão do Jeferson Matias (azul), Alexandre Mariano (branco) e o paraense. Todos os três foram encaminhados para a sede da Polícia Federal onde seguem à disposição da Justiça, sujeitos a responderem pelos crimes de falsificação de documentos públicos e ideológica. A pena somada para os dois crimes somam mais de 12 anos de prisão.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



IMPACTO - Comunidades afirmam que águas barrentas provocam alergias e não servem nem para lavar roupa

Indígenas Também perdem acesso aos próprios territórios e ficam ainda mais isolados

VEJA MAIS

Use a câmera do seu celular para acessar o conteúdo multimídia.



DILSON PIMENTEL
DA REDAÇÃO

Às margens do rio Acará, na comunidade quilombola Vila Formosa, Mário Gonçalves Trindade, presidente da Associação de Moradores e Agricultores Remanescentes de Quilombolas do Alto-Acará (Amarqualta), lamenta os danos causados às comunidades. "Nós praticamente não temos água para beber, porque dá medo tomar uma água dessa aí", diz, apontando para as águas barrentas do rio. "Essa água, no inverno, sujava um pouco, mas não totalmente assim. Agora é barrenta. Se colocar em uma vasilha e deixar passar uns minutos forma aquele barro no fundo da vasilha. Não pode lavar uma roupa branca que mancha".

Mário afirma que a água "era super boa". "Qualquer hora descia para tomar um banho, tomar uma água. Hoje dá medo. A pessoa toma banho e, quando sai, tá coçando. O corpo só alergia. Esse problema veio pra nós depois desse plantio (de dendê)". Ele acrescenta: "Eu fui nascido e criado na beira desse rio, tenho 55 anos. É triste ver uma situação dessa aí. Muita água, mas tem coragem de tomar uma água

dessa?".

Ele destaca que nem todas as pessoas têm condições de ter um poço artesiano. "Mesmo assim, tem pessoas que se servem dessa água aí, não tem jeito. De uns tempos pra cá é tanto problema de doença, problema de estômago. A gente pede justiça".

Essas comunidades ficam na zona rural de Tomé-Açu e Acará, municípios que fazem limites. O acesso é por estradas de chão, por ramais. Em condições normais, já é muito difícil para essas populações terem acesso a serviços de educação e de saúde. A ação da empresa Brasil BioFuels (BBF) piora esse cenário.

Estima-se que a área total onde ficam essas populações tenha em torno de oito mil hectares. "Essa é uma base. Não é um cálculo certo", diz Paratê Tembê. Há 12 aldeias na região.

Segundo os moradores, as empresas Agropalma e BBF causam danos sociais e ambientais e ainda criam barreiras físicas para impedir o acesso das populações a seus territórios. Em seu site, a BBF informa: "Pará, desenvolvimento com respeito às pessoas e à floresta". Apesar do discurso de sustentabilidade, a prática é outra.

DENÚNCIA

Em fevereiro deste ano, O LIBERAL publicou reportagem mostrando que, com um longo histórico de denúncias e processos na justiça sobre danos ao meio ambiente, grilagem de terra e desrespeito aos direitos humanos contra populações tradicionais, a empresa

"De uns tempos pra cá é tanto problema de doença, problema de estômago. A gente pede justiça."

Agropalma protagonizou mais um capítulo de afronta a moradores da região onde atua.

Os membros da comunidade quilombola Nossa Senhora da Batalha, no limite entre os municípios de Acará e Tailândia, no nordeste do Pará, foram surpreendidos com mais uma ação da Agropalma con-

tra a comunidade. A empresa colocou, nos acessos àquela comunidade, contêineres para impedir que os quilombolas saiam e entrem no território. Eles ficaram com dificuldades para comprar comida e remédio, e tiveram o acesso ao rio bloqueado.

Em outubro de 2021 a Assembleia Legislativa do Pará (Alepa), por meio do gabinete do deputado petista Carlos Bordalo, solicitou ao governo estadual celeridade nas investigações para apuração das circunstâncias do ataque violento a trabalhadores do Vale do Bocaia. Segundo a denúncia em vídeo, que a Polícia Civil apura, um grupo armado da empresa BBF torturou agricultores.

A associação de agricultores afirma que desde a venda da Biopalma, a BBF passou a hostilizar pequenos agricultores. Trabalhadores rurais denunciaram que são ameaçados constantemente. Em fevereiro deste ano a BBF teria reivindicado a posse da terra, alegando invasão dos agricultores. Contudo, a assessoria jurídica da associação aponta a existência de irregularidades como falsificação de documentos, com envolvimento de cartórios, inclusive.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

CEO acumula dezenas de processos na Justiça

O presidente e CEO da empresa, Milton Seagal, responde a dezenas de processos na Justiça. O empresário iniciou as atividades em Roraima, em 2008. No site Jusbrasil, Seagal está relacionado a 45 processos nas esferas trabalhista, fiscal e criminal.

A Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup) informou que as investigações e mediações de casos envolvendo indígenas e quilombolas é de competência dos órgãos federais. Entretanto, caso seja necessário, equipes das polícias Civil e Militar atuam diuturnamente nos municípios de Acará e Tomé-Açu, para manter a ordem e segurança, além de fazer a desobstrução de vias.

O Ministério Público Federal (MPF) informou que acompanha

o conflito territorial entre indígenas Tembé e a empresa Brasil Bio-Fuels (BBF) e entende que há uma reivindicação territorial legítima dos indígenas, porque parte da área explorada pela empresa incide sobre território reivindicado como indígena.

Pela legislação brasileira, a reivindicação territorial tem que ser analisada pelo órgão indigenista, o que ainda não ocorreu. Além disso, existem impactos sociais e ambientais da atividade econômica em área tão próxima a terra indígena que precisam ser dimensionados para as necessárias compensações e mitigações, o que nunca foi feito. O MPF já tomou medidas judiciais quanto a essa irregularidade ambiental e pode tomar outras medidas.



THIAGO COMESIO LIBERAL

Mário Gonçalves Trindade lamenta que o rio não sirva mais para as comunidades

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

VIAGEM A DUBAI

Prefeito de Parauapebas terá que explicar gastos

DESPESAS - MP vai apurar valores despendidos por Lermen e comitiva nos Emirados Árabes

EDUARDO LAVIANO
DA REDAÇÃO

O Ministério Público do Estado (MPE) abriu procedimento para apurar as despesas com dinheiro público, com valores acima de R\$ 200 mil, realizadas pelo prefeito de Parauapebas, Darci Lermen (MDB), e comitiva. O gestor municipal viajou com outros servidores até a luxuosa cidade de Dubai, nos Emirados Árabes Unidos. A solicitação de explicações detalhadas da viagem foi feita pelo promotor de justiça Mauro Messias. Apenas em diárias, Darci recebeu R\$ 27 mil, com a justificativa de assistir ao evento "Urban Planning Tour Expo Dubai", que teve transmissão pela internet. A viagem do grupo de Parauapebas ocorreu entre 25 de fevereiro e 6 de março, de acordo com ofício do MPE.

Somente em passagens, a prefeitura teve que desembolsar R\$ 101.708,00. Em diárias, foram quase R\$ 90 mil, para quatro pessoas. Darci Lermen recebeu, sozinho, a maior fatia: R\$ 27 mil. Os demais três secretários que participaram da viagem - Cleverland Carvalho de Araújo, Keninston de Jesus Braga e Rodrigo de Souza - receberam mais R\$ 20.558,00 cada. Portanto, apenas pelos dados que constam no portal da transparência do município, os custos da comitiva até Dubai foram de quase R\$ 200 mil.

Para se ter uma ideia do valor que poderia ser repassado em apoio à população durante a pandemia, os dez dias da comitiva em Dubai poderia pagar um mês de auxílio emergencial para 533 famílias, considerando o valor de R\$ 375 pago pelo Governo Federal em 2021.

MORDOMIA

Os gastos do prefeito em Dubai chamaram a atenção do Ministério



Darci Lermen gastou mais de R\$ 100 mil somente em passagens para ele e sua comitiva até Dubai, nos Emirados Árabes

Despesas com dinheiro público acima de R\$ 200 mil pelo prefeito e comitiva estão na mira do MP

Público para o total de viagens feitas pelo gestor - e o dinheiro público gasto, sem efetiva e concreta contrapartidas. Apuração realizada pela reportagem de o Liberal identificou no site da transparência que as diárias para viagens do prefeito de Parauapebas apenas no atual mandato, iniciado há pouco mais de um ano, já custaram mais de R\$ 103 mil aos cofres do município, sem contar as despesas com passagens. Nesse período, foram cerca de 40 viagens, entre janeiro de 2021 e março deste ano.

Na pesquisa, é possível identificar vários destinos nacionais. Em 2021, os moradores de Parauapebas bancaram a viagem do prefeito para a cidade de Foz do Iguaçu, no Paraná, onde

ele participou do Festival das Cataratas, um evento de turismo, música e gastronomia. Só em diárias, Darci recebeu R\$ 4 mil da prefeitura. Outra viagem que chama atenção é a visita de Lermen à cidade turística de Gramado, no Rio Grande do Sul. O valor que o prefeito recebeu em diárias foi ainda maior: R\$ 5.600,00.

O Portal da Transparência também registra viagens curtas de um dia para Belém, na qual o prefeito dispõe de R\$1.200 para se deslocar até a capital paraense e retornar a Parauapebas em menos de 24 horas. As mesmas viagens de um dia para Brasília rendem diárias de R\$ 2 mil para o prefeito.

Somados todos os gastos da prefeitura com diárias de servidores fora da cidade desde que Lermen retornou para a gestão da prefeitura, em 2017, as despesas da gestão municipal já alcançaram mais de R\$ 9,5 milhões - uma média de R\$ 150 mil por mês. Em 2017, Lermen assumiu o terceiro mandato à frente da prefeitura e em 2020 foi reeleito, para um quarto mandato.

Prefeito acumula processos em anos de gestão

Darci Lermen é gaúcho e chegou a Parauapebas na década de 1990. Ao longo de 33 anos de emancipação de Parauapebas, ele comandou a cidade por 12 anos e está com um quarto mandato em curso. Portanto, já a administrou por quase metade do tempo de existência do município. Parauapebas é uma das cidades mais ricas do Pará, com o segundo maior Produto Interno Bruto (PIB) do Estado, graças à atividade mineral, que repassa ao município impostos e tributos. Apesar disso, o PIB contrasta com o desenvolvimento social da cidade, que é responsabilidade da gestão pública. Segundo o Cadastro Único do Governo Federal, 30 mil pessoas vivem em situação de extrema pobreza em Parauapebas, ou seja, vivem com menos de R\$ 100 por mês. Já entre os considerados pobres, vivendo com até R\$200 por mês, o número sobe para 56,5 mil. Juntas, ambas as categorias representam 40% do município. Só em 2021, porém, o PIB do município passou de R\$12 bilhões.

CASSAÇÃO

O prefeito Darci Lermen e o vice-prefeito, João Verdurão, também tiveram os diplomas cassados no início deste mês pelo juiz eleitoral

Celso Quim Filho, também da 106ª Zona Eleitoral, que decretou a inelegibilidade de Lermen e Verdurão. A chapa deles foi condenada por captação ilícita de recursos eleitorais, crime conhecido popularmente como caixa dois.

De acordo com a sentença, a irregularidade consiste na captação excessiva de recursos após as eleições, no valor de R\$ 1.634.716,33, e na concentração da arrecadação dos recursos da campanha em quatro doadores, que juntos somaram 72,93% dos valores, o que é ilegal. Um deles, Marcelo Nascimento Beliche, doou 28,46% dos valores e confessou em juízo ter recebido R\$ 554.779,00 para depositar em sua conta pessoal antes de transferir R\$ 500 mil para a conta de campanha. O juiz, porém, pontuou que o valor doado não é viável considerando o imposto de renda de Beliche. Em uma declaração da defesa, o dinheiro teria sido proveniente da venda de gados, mas Marcelo confirmou ao juiz que nunca negociou gados na vida.

O Ministério Público Eleitoral afirmou estar plenamente convencido de que os recursos vieram do "caixa dois" e que Marcelo e outros doadores de Lermen não passam de "laranjas" para facilitar as fraudes

do prefeito. O afastamento não é imediato e a defesa da chapa ainda poderá recorrer da sentença, mas caso a decisão seja mantida será realizada nova eleição para prefeito e vice-prefeito da cidade.

CONTAS

Darci é parte em 147 processos na justiça, de acordo com o site JusBrasil, em diversas esferas e tipos. Ainda na esfera eleitoral, a juíza Eline Salgado Vieira, da 106ª Zona Eleitoral, em Parauapebas, desaprovou as contas eleitorais da chapa de Lermen e Verdurão. Ambos se negaram a cumprir as diligências requeridas para a prestação de contas sobre gastos com a locação de imóveis, compra de combustíveis e lubrificantes, de adesivos e materiais impressos e até água mineral. Na sentença, Vieira questionou a quantidade de combustível que Lermen afirma que consumiu na campanha, na quantia de R\$ 151.011,23, o que na época renderia mais de 35 mil litros de combustível. Caso usasse tudo isso para abastecer a caminhonete S10, que declarou como um dos seus únicos três bens para a Justiça Eleitoral na última eleição, Darci poderia encher o tanque de seu veículo 4.605 vezes.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



HABEAS DATA



Raul Luiz Ferraz Filho

MINUTA

- O dia 23 de março será dedicado à doação de sangue. Neste dia, o corpo funcional do Tribunal de Justiça do Pará terá a oportunidade de participar de um ato solidário, chamado “Ser Solidário está no Sangue - Cada Pequena Gota faz Grande Diferença”. O objetivo é ajudar a aumentar os estoques de sangue da Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará (Fundação Hemopa) e do Hospital Ophir Loyola. As doações serão feitas na sede da Fundação, na travessa Padre Eutíquio, ou na Estação Cidadania, no shopping Pátio Belém e estão abertas a toda a sociedade.
- Durante Sessão Ordinária do Tribunal Pleno, realizada na última quarta-feira, 16, a presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro anunciou que, após avaliação do recurso interposto junto ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Judiciário Paraense foi contemplado com o Prêmio CNJ de Qualidade de 2021, na categoria Prata, atingindo um percentual de 57,43% da pontuação geral.
- A Vara Criminal da Comarca de Paragominas publicou edital no qual convoca instituições públicas e privadas com finalidade social para participarem de cadastro e habilitação para obter recursos financeiros oriundos das prestações pecuniárias, transações penais, suspensão condicional de processo e de acordos de não persecução penal perante o juízo. As inscrições iniciaram 14 de março e vão até o dia 15 de abril deste ano.
- O projeto Minha Escola, Meu Refúgio, da 1ª. Vara de Crimes contra a Criança e o Adolescente, que tem como titular a juíza Mônica Maciel, realizou reunião virtual de orientação sobre a dinâmica do projeto Minha Escola, Meu Refúgio, com as juízas da Comarca de Curalinho, Cláudia Lapenda, e da 1ª Vara Criminal de Marabá, Renata Milhomem, a fim de que se tornem multiplicadoras nas respectivas comarcas.
- O Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas do Conselho Nacional de Justiça cumpre agenda de trabalho em Belém. As atividades estão sendo acompanhadas pelo supervisor do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Sistema Socioeducativo, desembargador José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior, e pelo juiz Caio Marco Berardo.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

**RD REPÓRTER
DIÁRIO**

Funcionários da UPA Daniel Berg, situada no bairro do Icuí Guajará, em Ananindeua, denunciam em relatório de 13 páginas a prática de assédio moral por parte da diretora, Suzi Baía. Médicos, enfermeiros e técnicos notificaram o Sindicato dos Médicos do Pará (Sindmepa), que prometeu apurar e denunciar os fatos às autoridades policiais e de saúde, além do Ministério Público do Estado. Até policiais teriam sido chamados pela diretora para atuar dentro da UPA, vigiando os passos dos servidores e fazendo rondas nas áreas de repouso de médicos e enfermeiros, gerando constrangimento e revolta.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



JUSTIÇA EM FATOS LUIZ FLÁVIO

@luizaoreporter

www.facebook.com/luiz.fcosta.37

lfmcosta@gmail.com

TRE DO PARÁ PROMOVE SEMANA DE ACESSIBILIDADE E LANÇA CARTILHA

O TRE do Pará promoveu a Semana de Acessibilidade de 14 a 18/03 em Belém, Marabá e Santarém em parceria com os Ministérios Públicos Federal e Estadual. A presidente do Tribunal, desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento apresentou as iniciativas do TRE para ampliar a inclusão e acessibilidade na sede do Regional e nas zonas eleitorais. Na quinta-feira a Corregedoria do Tribunal lançou uma cartilha de acessibilidade, de autoria do desembargador Leonam Gondim da Cruz Jr., corregedor regional eleitoral e vice-presidente do Tribunal.



OAB-PA assina contrato de reforma da subseção de Marabá

Em agenda institucional na região sudeste do Pará, o presidente da Ordem, Eduardo Imbiriba, assinou o contrato para a obra de reforma da sede da subseção de Marabá, uma das maiores do interior. O ato de assinatura ocorreu no dia 11, no auditório da subseccional, durante programação alusiva ao "Mês da Mulher". Na ocasião, o diretor seccional anunciou que o TP Colégio de Presidentes de Subseções do triênio 2022-2024 será realizado em Marabá, em junho. O conselheiro federal pela OAB-PA, Jader Kahwage, também esteve presente.

Vereador de Nova Esperança do Piriá reintegrado ao cargo

Elvys Lima (PL), vereador de Garrafão do Norte, cassado pela Câmara em 10/03, foi reconduzido ao cargo por decisão liminar pela juíza Sílvia Ataíde, titular daquela comarca. Na ação, a advogada Lívian Lorenz (foto), do escritório Pinheiro & Penafort, comprovou que o processo administrativo instaurado para extinguir o mandato do vereador foi conduzido de forma ilegal, contaminando todo o procedimento, fato que



culminou com a anulação do ato e com a consequente reintegração do parlamentar.

Corregedoria Geral da PM absolve policial acusado de milícia

O Corregedor Geral da Polícia Militar Cel. Ricardo Blioka, absolveu o policial militar A.J.S.L em Conselho de Disciplina por insuficiência de provas e ausência de materialidade de transgressão militar, em concordância com os membros do Conselho de Disciplina. O militar era acusado de constituir milícia privada em área rural no sudeste do Pará. A decisão foi publicada no último dia 10 no Boletim Geral da



PM. A defesa foi patrocinada pelo escritório Freitas Neto & Cascaes, que tem como sócios Joaquim Freitas (foto) e Ivonaldo Cascaes.



Advogada paraense participa de Simpósio de Direito Previdenciário

A cidade de Natal (RN) foi a sede do XXXIV Simpósio Brasileiro de Direito Previdenciário, sexta-feira e ontem. Advogados, juizes, procuradores, professores, estudantes de todo o país discutiram as novidades do Direito Previdenciário. A advogada Priscila Souza (foto) participou do evento, que reuniu renomados palestrantes do Direito Previdenciário do país.

Advogada aprovada em doutorado em Direito na UFPA



A advogada e professora Ana Carolina Farias Ribeiro foi aprovada no Doutorado em Direito, no programa de pós-graduação em Direito (PPGD) da Universidade Federal do Pará na área de concentração de Direitos Humanos e Meio Ambiente. Ana Carolina já é Mestre em Direito, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

MORREU EM TROCA DE TIROS COM MILITARES ERA ACUSADO DE ROUBO

Ao tentar fugir, Ellysson Marlon Carvalho Leopoldino acabou baleado, em Vigia de Nazaré, nordeste do Pará



O criminoso viu a viatura e sacou uma arma de fogo, mas foi atingido por um único disparo e não resistiu aos ferimentos

FOTOS: DIVULGAÇÃO



INTERVENÇÃO FATAL

JR Avelar

Depois de aprontar na cidade de Santo Antônio do Tauá, às margens da rodovia PA-140, na região nordeste paraense, um homem considerado

de extrema periculosidade optou por se esconder na cidade de Vigia de Nazaré, até ser alvejado e morto durante um confronto com a Polícia Militar.

As informações constam no registro da ocorrência policial na delegacia da Polícia Civil de Vigia, realizada por uma equipe da Polícia Militar, depois de efetuar diligência na

rua Padre José Augusto Correa, onde avistaram um suspeito que era procurado por crimes em Santo Antônio do Tauá.

O homem era identificado como Ellysson Marlon Carvalho Leopoldino. Ao ver a viatura se aproximando, ele tentou fugir para se esconder em uma residência ali próxima. Percebendo que seria alcançado, talvez para

ganhar tempo, o suspeito sacou uma arma de fogo e apontou contra os policiais, que logo repeliram a iminente agressão com um único disparo de arma de fogo, o qual atingiu o agressor que acabou neutralizado.

Muita gente acompanhou o trabalho policial, com o socorro de Ellysson Marlon Carvalho Leopoldino até o hospital

da "cidade que não dorme", porém o criminoso não resistiu aos ferimentos e morreu ainda durante o atendimento médico.

A Polícia Militar informou que o agressor alvejado e morto na intervenção policial tinha mandado de prisão em aberto pelo cometimento de roubo, na cidade vizinha de Santo Antônio do Tauá.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Marcelo Pinheiro
MARCELO PINHEIRO

Instagram: @domarcelopinheiro Email: cerimonialista@gmail.com

A CONCORRIDA POSSE DE MANOEL MURRIETA, EM BRASÍLIA



Manoel e Márcia Murrieta, ele presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público e ela juíza de Direito



O Casal Murrieta com Marcia Moraes, Fábria de Melo e Cristina Maia



Os cumprimentos do Procurador-Geral da República, Augusto Aras



Membros do Ministério Público paraense na posse: Manoel Santino, Ubiragilda Pimentel, Andréa Sampaio, Mário Chermont, Manoel Murrieta, César Mattar Jr. e Alexandre Tourinho

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br